

Contagem Regressiva para o VIII Congresso Regional de Psicologia



VIII COREP e VIII CNP VEM AÍ

Pág. 8 e 9



Espaço para a Psicologia
Atual gestão ampliou o espaço de participação dos psicólogos
Pág. 03

Conselho do Tocantins
Veja como está o processo de criação do CRP-23
Pág. 12

Orientação On-line
Serviços psicológicos pela internet tem novas regras
Pág. 16

EXPEDIENTE**Conselho de Psicologia 9ª Região****Goiás - Tocantins (CRP-09)**

7º Plenário – Pluralidades “Psicologia Ética,
Transparente e Socialmente Responsável”

DIRETORIA

Conselheiro Presidente:

Wadson Arantes Gama

Conselheira Vice-presidente:

Sandra Valéria Nogueira Alves Silva

Conselheiro Secretário:

Elias Rodrigues de Souza

Conselheira Tesoureira:

Gérley Lopes Cardoso

CONSELHEIROS EFETIVOS

Danielle Cota Couto

Eriko Netto de Lima

Kathia Nemeth Perez

Luciene Campos Falcão Silveira

Raimundo Rocha Medrado Júnior

CONSELHEIROS SUPLENTES

Anita Coelho dos Santos

Antônio Roberto de Melo Ferreira

Glauce Kelly Ferreira

José Henrique Lopes da Silva

Júlia Cristina de Almeida Braz

Valterci Vieira

Ivancesar Leal de Souza

Sede do CRP-09

Avenida T-2, Qd. 76, Lt. 18, nº. 803, Setor Bueno -

Goiânia (GO), CEP: 74210-010

Telefone: (62) 3253-1785

Fax: (62) 3285-6904

Site: www.crp09.org.br

administracao@crp09.org.br

Seção de Base - TO

Quadra 104 Norte, Rua NE 07, Lt. 04, Sala Terrea,

Plano Diretor Norte, Palmas (TO), CEP: 77.050-080

Telefone: (63) 3215-7622

secaoto@crp09.org.br

Revista R9

Edição e textos

Maria Cristina Furtado

(JP 01906) – (62) 8467-2337;

imprensacrp09@gmail.com

Projeto Gráfico /Diagramação

Cir Gráfica

Impressão

Cir Gráfica

Tiragem – 7 mil exemplares

**Carta ao Leitor**

O compromisso de estarmos juntos!

Wadson Arantes Gama, presidente do CRP-09

A cada ação desenvolvida pela atual gestão do CRP-09 – VII Plenário Pluralidades: “Psicologia Ética, Transparente e Socialmente Responsável” podemos sentir o quanto estamos atuando juntos com os psicólogos e psicólogas de Goiás e do Tocantins. É perceptível na fala dos profissionais que encontramos em cada evento preparatório e pré-congresso a diferença que fez esse processo de aproximação do conselho diante das iniciativas de quase três anos.

Trouxemos na capa uma reportagem que explica como é o processo para a realização do grande Congresso Regional (Corep). Grandioso não apenas em tamanho, mas em importância. É o momento de nós, psicólogos, pautarmos as discussões que nos interessam para que elas estejam presentes no Congresso Nacional de Psicologia. A participação da categoria é fundamental nesse processo. Portanto, agradeço a todos que estiveram nos eventos preparatórios e nos pré-congressos.

Prova dessa atuação conjunta com os psicólogos é a página 13, que dedicamos à reportagem com o assunto escolhido pelo profissional. Fizemos uma enquete em nosso perfil do Facebook. O mais citado foi o reajuste da taxa da avaliação psicológica do trânsito. O CRP-09 tem se empenhado no sentido de auxiliar a categoria nesse processo, mesmo com o sindicato ainda em processo de reestruturação.

Destaque para uma das grandes conquistas da Gestão: o Conselho Regional de Psicologia do Tocantins – CRP-23. Um compromisso assumido pelo VII Plenário ainda em campanha e que começou a se efetivar no dia 16

de dezembro, na Apaf. Os psicólogos tocantinenses merecem essa vitória. Várias outras notícias sobre o Tocantins figuram nesta publicação. Não deixe de ler!

Falamos também sobre a participação do CRP-09 em entidades que lutam por políticas públicas afim de sanar demandas sociais. Na página 10, é possível saber em quais Conselhos, Comitês e Fóruns os psicólogos estão representados.

Outra matéria feita especialmente para o profissional da Psicologia é a “Serviços Psicológicos na Internet têm novas regras”, na página 16. Tire suas dúvidas sobre essas orientações virtuais que vem crescendo em todo o Brasil.

E não podíamos deixar de fora reflexões de psicólogos e psicólogas sobre suas áreas de estudo, pesquisa e conhecimento. Nessa edição, o colaborador Fernando de Jesus assina um artigo de opinião sobre perícia e prova psicológica, um assunto recorrente à Comissão de Ética. O artigo da psicóloga Ana Cristina Resende, com o título “Avaliação de Personalidade e Psicologia Jurídica”, também traz informações de alto nível.

Aproveito para convidar os psicólogos e as psicólogas para o Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, nos dias 17, 18 e 19 de abril, em Goiânia. Mais informações e inscrições no site do CRP-09.

Esta edição da Revista R9 está imperdível. Boa leitura!

Wadson Arantes Gama, presidente do CRP-09

CRP-09 amplia participação em Entidades que lutam por Direitos Sociais



Conselheiros Eriko Netto de Lima (acima) e José Henrique (à esq.) representam o CRP-09

A atual gestão VII Plenário Pluralidades do CRP-09, visando cumprir o compromisso firmado durante a campanha, ampliou a participação da Psicologia em entidades que lutam por políticas públicas afim de sanar demandas sociais. "São representações importantes que o CRP-09 conquistou por esforço e mérito de trabalho", destaca o conselheiro Eriko Netto de Lima.

Entre as representações assumidas durante este Plenário está a suplência do Conselho Estadual de Assistência Social, onde o conselheiro José Henrique Lopes assumiu a cadeira no final do ano passado. "Dessa maneira, o CRP poderá atuar no controle social enquanto entidade participativa no Conselho Estadual de Assistência Social", ressalta.

Veja os Fóruns, Conselhos e Comitês que os psicólogos estão representados:

- Fórum Saúde e Segurança no Trabalho: Eriko Netto de Lima (efetivo) e Antônio Roberto de Melo Ferreira (suplente)
- Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes: Eriko Netto de Lima (efetivo) e Raimundo Medrado (suplente)
- CETTRAN: Elias Rodrigues de Souza
- Conselho Municipal de Saúde: Helizett Santos de Lima
- Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil: Eriko Netto de Lima (efetivo) e Valterci Vieira (suplente)
- Comissão de Saúde Mental do CMS: Simone Costa de Araújo
- Fórum Goiano de Saúde Mental: Simone Costa de Araújo
- Comitê Estadual de Saúde Mental SES: Helizett Santos de Lima (suplente)
- Fórum Permanente do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: José Henrique Lopes da Silva e Raimundo Rocha Medrado Júnior
- Conselho Estadual de Assistência Social: José Henrique Lopes (suplente)
- Conselho Estadual Antidrogas: Eriko Netto de Lima
- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial: Chiara Christina S. Miranda
- Conselho Municipal de Assistência Social: Wadson Arantes Gama
- Conselho Municipal de Saúde de Palmas: Kathia Nemeth Perez
- Conselho Estadual de Assistência Social do Tocantins: Kathia Nemeth Perez (efetiva) e Wagner Damasceno Santos (suplente)
- COELGBTT-GO: Mayk Diego Gomes da Glória (representante do Colégio Eleitoral)
- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Tocantins: Márcia Regina Diniz Rufino
- Representante no Conselho da Comunidade da Comarca de Araguaína (TO): Eduardo Pinho

Psicólogos do Tocantins são Homenageados em Sessão Solene na Assembleia Legislativa



Uma Sessão Solene comemorou os 50 anos da Psicologia no Brasil e os 20 anos do Conselho Regional de Psicologia 9ª Região Goiás/Tocantins (CRP-09), no dia 13 de dezembro, na Assembleia Legislativa do Tocantins. A homenagem foi uma proposta da deputada Josi Nunes (PMDB) que, por meio de requerimento, sugeriu a solenidade. Na ocasião, 28 profissionais foram homenageados pelo Conselho de Psicologia.

O presidente do CRP-09, Wadson Arantes Gama, falou sobre a importância da luta dos psicólogos pioneiros no Tocantins. "É uma homenagem justa a esses profissionais que lutaram e ainda lutam por nossa categoria. A criação do Conselho do Tocantins é uma das prioridades desse plenário para que os psicólogos e psicólogas tocantinenses se sintam ainda mais acolhidos", afirma.

A vice-presidente do CRP-09,

Sandra Valéria Nogueira, estava entre as homenageadas. Ela foi uma das psicólogas pioneiras no Estado e lutou pela criação da Seção de Base no Tocantins. "Os profissionais que começaram suas atividades no Tocantins traziam uma postura estratégica e visionária e por isso merecem destaque nessa comemoração", avalia.

Ainda na sessão, a deputada Josi Nunes fez uma homenagem à coordenadora da Seção de Base do Tocantins do CRP-09, Mara das Neves, pelo trabalho desempenhado no Tocantins.

Homenageados:

Adriana Vendramini Campos
 Ângela Maria Moura Rebouças
 Anita Coelho dos Santos Teixeira
 Bianca das Graças Zortea Dias
 César Gustavo Moraes Ramos
 Dariex Lettieri
 Edilza da Cunha Constantino
 Edite Lourenço da Silva
 Eduardo Fagner Machado de Pinho
 Eliana Núbia Moreira Musiello
 Giciola Silva de Mello
 Glauciene Elias Silveira Chaves
 Ivaneide Ribeiro de Araújo São José
 Juliana Marinho Ribeiro
 Kathia Nemeth Perez
 Kenya Lima Gomes
 Lillian Aparecida Sabino Cardoso
 Ludimila Inês Nunes Prestes
 Mara das Neves
 Maria de Fátima Pontes Corrêa
 Maria de Fátima Silva Vieira
 Maria Lúcia S. de Almeida Fernandes
 Nara Wanda Zamora Hernández
 Rosivânia Lúcia Silva Tosta
 Sandra Valéria Nogueira
 Tânia Maria Aires Gomes Rocha
 Tânia Maria Lago
 Wayne Francis Matheus



Psicólogos do TO são incluídos na lei de gratificação para profissionais da Saúde



Psicólogos (as) em reunião na Assembleia Legislativa do Tocantins discutem a lei de gratificação.

Os psicólogos do Tocantins conseguiram a inclusão da categoria na lei de gratificação de urgência e emergência para profissionais da Saúde que trabalham em hospitais públicos (Lei Nº 2.692 de 21 de dezembro de 2012). No dia 1º de novembro, foi aprovado em sessão ordinária o Autógrafo de lei nº 85, que autoriza o

Governo do Estado do Tocantins a conceder gratificações para profissionais da saúde que trabalham em hospitais públicos. De acordo com a matéria, serão beneficiados aqueles que atuam nos serviços de Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade Intermediária Neonatal e Sistema de Regulação.

Para a Coordenadora de Psicologia do Hospital Geral Público de Palmas, psicóloga Carla Bono Olenski Coelho, esta não foi uma luta fácil devido a ausência de um sindicato próprio. "O mérito dessa importante conquista ocorreu graças a união de representantes de psicólogos hospitalares, do CRP-09 e da Seção de Base em Palmas. Cartas abertas assinadas pelo presidente Wadson Arantes, participação da conselheira Kathia Nemeth Perez em reuniões com a Secretária de Estado de Saúde, e reuniões com parlamentares foram primordiais para o aditivo que contemplou o reconhecimento de nossa classe", afirma.

Avanços e modernização no atendimento do CRP-09

Buscando melhorar o atendimento aos psicólogos e psicólogas, o Conselho Regional de Psicologia 9ª Região realizou algumas ações importantes em 2012 e início de 2013. A intenção é modernizar e otimizar o trabalho desenvolvido no Conselho. Veja algumas iniciativas:

Campanha Fique Legal – sensível à situação de profissionais que nos procuraram, o CRP-09 emitiu resolução concedendo desconto de até 100% sobre multas, juros de mora e honorários advocatícios sobre débitos anteriores ao exercício de 2012, para pessoas físicas e jurídicas, inscritas ou não na dívida ativa. O percentual de desconto depende do número de parcelas, que pode chegar a cinco. Para quem tem débito junto ao Conselho,

ainda dá tempo de regularizar a situação.

Concurso Público – foi homologado no dia 30 de janeiro o Concurso Público para o provimento de funcionários para o CRP-09. Foram contemplados os seguintes cargos: Assistente Administrativo (uma vaga em Goiânia e uma vaga em Palmas); Analista Administrativo I (duas vagas em Goiânia); Analista de Fiscalização I (duas vagas em Goiânia e uma em Palmas); e Analista Financeiro (uma vaga em Goiânia).

Anuidade – A Assembleia Orçamentária realizada no dia 10 de setembro de 2012 deliberou pelo reajuste apenas inflacionário de taxas e anuidades – esta ficou em R\$ 334,95. A tesouraria

do CRP-09 explicou aos presentes que a Lei 2514/11 permite um aumento da anuidade de até R\$ 500. Contudo, a tesoureira sugeriu um reajuste mínimo, o que foi aprovado pela Assembleia. Para a anuidade das Pessoas Jurídicas, apesar da lei estabelecer valores superiores a R\$ 500, conforme capital social, a Assembleia deliberou por manter o mesmo valor cobrado às Pessoas Físicas.

Contabilidade – foi realizada uma licitação para a aquisição do novo programa contábil. Isso ocorreu devido a necessidade de adequação ao novo Sistema de Contabilidade Pública implantado pela Secretaria da Receita Federal exigido a partir de 2013.

Artigo PERÍCIA E PROVA PSICOLÓGICA: uma visão da ciência da informação

A necessidade de informação para a tomada de decisão surge para suprir uma lacuna do conhecimento. Daí o operador do Direito recorrer quando necessário às informações da Psicologia Jurídica (JESUS, 2005).

Inicialmente, deve-se quantificar e qualificar qual é a real necessidade. A correta avaliação da necessidade possibilitará a busca dos recursos e os conhecimentos necessários para satisfazê-la. Logo, a necessidade irá preceder à aquisição do saber, porque irá fornecer à elaboração da informação o essencial, que é a formulação das perguntas ou quesitos (ARCE; PRIETO; SOBRAL, 1994).

A questão fundamental: qual é a pergunta ou quesito essencial. Geralmente, ignora-se a pergunta mais profunda sobre direção e resultados esperados em longo prazo, buscando-se somente a solução da crise atual. A permanência da negligência em relação à pergunta faz com que outra crise surja com aspectos diferentes, provocando novamente a reflexão: Qual é a causa subjacente? Provavelmente, a necessidade não foi satisfeita, isto é, a pergunta não foi totalmente respondida.

O perito psicólogo irá utilizar os recursos disponíveis para dar o tratamento adequado aos dados e às informações. O tratamento da informação pressupõe duas grandes etapas: a aquisição e a análise. A análise deve ser capaz de avaliar a credibilidade de uma informação e de fazer uma síntese de um conjunto de variadas informações de forma integrada. O aspecto formal desta informação deverá estar de acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

O perito especialmente o judicial deverá manter uma independência de pensamento e raciocínio. Esse afastamento é necessário para que

não seja tão influenciado por modelos mentais ou por outras variáveis latentes. A comunicação linguística possui uma importância fundamental para a elaboração do laudo ou parecer pericial, porque de sua análise podem ser obtidas outras informações ou evidenciar, de que o documento não foi preparado na forma e conteúdo adequado.

A verdade é a conformidade da arquitetura das provas com a realidade. A decisão do juiz é a conformidade do pensamento do julgador com a realidade contida no processo, pois ele julga *secundum acta e probata*. Surge então, o adágio processual que diz: "O que não está no processo, não está no mundo". Sendo assim existem situações dentro do processo em que as informações apresentadas não estão baseadas em provas diretas (materiais) e sim indiretas, necessitando de que estas provas indiretas sejam processadas de forma a serem mais objetivas para a inserção no processo (JESUS, 1996).

Na indução, o raciocínio parte do plano da probabilidade de certeza (incerteza) para o de certeza, desta forma existe a necessidade da aplicação de método científico para possibilitar este resultado, de revelar a informação que está na subjetividade.

Na dedução, o nosso raciocínio parte do geral para o particular. Parte do plano compreensível (princípios gerais de Direito conhecidos pela inteligência) para um caso concreto, desde que este se insira no princípio geral. Este raciocínio encontra-se relacionado com a produção de prova direta (material).

Torna-se importante que haja uma maior regulamentação, para a atuação do Perito Jurídico na Justiça, em razão da importância e da necessidade de que, os operadores do Direito possam

perceber, o quanto pode ser útil para a tomada de decisão, as informações psicológicas.

Conclui-se que, o psicólogo jurídico deve ter conhecimento do mundo jurídico, em relação aos seus fundamentos, como também preparo, para a elaboração das informações psicológicas, conforme as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

O autor Fernando de Jesus é Doutor em Psicologia e Pós-doutorando em Ciência Jurídica



REFERÊNCIAS

- ARCE, R., PRIETO, A.; SOBRAL, J. *Manual de Psicologia Jurídica*. Barcelona: Paidós, 1994.
- JESUS, Fernando. *Juízes e Jurados: Raciocínio, ideologia e processos de atribuição em tomada de decisão em um caso de violação*. Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 1996. Tese de doutorado não-publicada.
- Psicologia aplicada à Justiça*. 3ª edição. Goiânia: AB Editora, 2005.

Boa conduta profissional dos psicólogos marca visitas realizadas pela COF



A Comissão de Orientação e Ética do CRP-09 se reúne sempre às terças-feiras, a partir das 14h30

Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CRP09 Nº 07/10

Arquivamento

EMENTA – Processo ético-profissional

DECISÃO DO CRP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 11/10/2012

PRESIDENTE DA SESSÃO: WADSON

ARANTES GAMA

RELATORA: KÁTIA NEMETH PEREZ

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CRP09 Nº 01/11

Advertência

EMENTA – Processo ético-profissional

DECISÃO DO CRP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 11/10/2012

PRESIDENTE DA SESSÃO: WADSON

ARANTES GAMA

RELATOR: ELIAS RODRIGUES DE SOUZA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CRP09 Nº 05/04

Arquivamento

EMENTA – Processo ético-profissional

DECISÃO DO CRP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 28/11/2012

PRESIDENTE DA SESSÃO: WADSON

ARANTES GAMA

RELATORA: LUCIENE CAMPOS FALCÃO SILVEIRA

A Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia -09 (COF/CRP-09) desenvolveu diversas atividades ao longo de 2012. Foram visitas, avaliações de processos e participações em eventos.

Ao todo, 1463 processos foram avaliados e encaminhados para a Plenária ou à Diretoria. Desse total, 247 processos resultaram em substituição de Carteira Profissional Provisória pela Definitiva, por exemplo.

A participação da COF nas cerimônias de entrega

de carteiras profissionais tem sido um importante momento para os recém-chegados à Psicologia. Muitas dúvidas são esclarecidas e isso contribui para a atuação profissional.

As visitas para orientação e fiscalização chegaram a 40 no ano passado. Veja o quadro:

Visitas de Orientação e Fiscalização

Palmas – 1
 Araguaína – 3
 Babaçulândia – 1
 Colinas do Tocantins – 1
 Goiânia – 14
 Aparecida de Goiânia – 1
 Terezinha de Goiás – 1
 Crixás – 1
 Luziânia – 3
 Valparaíso – 1
 Cristalina – 1
 Americano do Brasil – 1
 Barro Alto – 1
 Minaçu – 1
 Uruçu – 1
 Catalão – 2
 Itumbiara – 1
 Jaraguá – 1
 Morrinhos – 1
 Alto Paraíso – 1
 Posse – 1



Campanha Fique Legal

O CRP-09 emitiu resolução concedendo desconto de até 100% sobre multas, juros de mora e honorários advocatícios sobre débitos anteriores ao exercício de 2012 para pessoas físicas e jurídicas, inscritas ou não na dívida ativa. O percentual de desconto depende do número de parcelas, que pode chegar a cinco.

Se você tem débito junto ao Conselho, este é o momento para regularização. Para maiores informações entrar em contato com a Coordenação de Cobrança do CRP-09, telefone (62) 3253-1785, e-mail: cobranca@crp09.org.br ou pessoalmente das 8h às 12h30 e das 14h às 17h30.



Prepare-se! O Corep vem aí



O VIII Congresso Regional de Psicologia (Corep) já tem data definida tanto em Goiás como no Tocantins. Em Palmas, o evento está marcado para os dias 13 e 14 de abril. Já em Goiânia, o Corep será realizado nos dias 27 e 28 de abril, Hotel Plaza in Executive.

Desde 2012, o Conselho Regional de Psicologia 9ª Região está realizando eventos preparatórios e e pré-congressos em cidades goianas e tocantinenses. A partir dos pré-congressos haverá a redação de propostas e a eleição de delegados para o Congresso Regional. "Estivemos em diversas cidades, onde colhemos as demandas e os anseios dos psicólogos e psicólogas por onde passamos", explica Wadson Arantes Gama, presidente do CRP-09.

Nesses pré-congressos, os

profissionais foram divididos em grupos que levantaram propostas baseadas no seguinte tema: Psicologia, Ética e Cidadania: Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos.

Os grupos se basearam em três eixos para elaborar as propostas:

- Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria;
- Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho;
- Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.



Entenda o processo



O VIII Congresso Nacional da Psicologia (CNP) ocorrerá de 30 de maio a 2 de junho de 2013, em Brasília. O CRP-09 já realizou eventos preparatórios em diversas cidades do Estado de Goiás e de Tocantins. Esses eventos serviram de base para a realização dos pré-congressos.

O Congresso Nacional reúne psicólogos e psicólogas e acontece a cada três anos. Ele segue o seguinte cronograma: Eventos Preparatórios,

Pré-Congressos, Congressos Regionais e o Congresso Nacional.

O CNP é uma conquista democrática da categoria, que permite a discussão e transformação do funcionamento e das ações dos Conselhos de Psicologia, por ser a instância máxima de deliberação na estrutura dos Conselhos.

Delegados – a eleição de delegados segue critérios pré-estabelecidos. Todo psicólogo (a) pode e deve participar dos eventos preparatórios, pré-congressos, COREP e CNP. Os eventos preparatórios e pré congressos são abertos. Já o COREP e CNP são especialmente dirigidos aos delegados. Os pré-congressos elegem seus delegados aos Congressos Regionais que, por sua vez, elegem os delegados ao Congresso Nacional.

Todo (a) psicólogo (a) inscrito (a) e adimplente pode ser delegado, conforme o regulamento.

"Art. 6º - Poderão ser delegados nos COREPs e CNP apenas as psicólogas(o) regularmente inscritos nos CRPs (tanto inscrição principal quanto secundária) e adimplentes¹.

¹ Também serão consideradas (o) psicólogas (o) adimplentes aquelas (e) que estejam em dia com o pagamento da anuidade de anos anteriores à realização do CNP, mesmo que na forma de parcelamento, até a data do COREP."

Estudantes de Psicologia também podem participar dos Pré Congressos, mas não tem direito a voto e também não podem ser delegados.

Pré-Congressos:

- Goiânia (várias áreas) – 3 e 4 de janeiro; 16, 18 e 28 de fevereiro; 9, 14, 16 e 18 de março
- Gurupi (TO) – 10 de janeiro
- Palmas (TO) – 11 de janeiro; 7 e 16 de março
- Araguaína (TO) – 12 de janeiro
- Catalão – 15 de janeiro
- Itumbiara – 16 de janeiro
- Caldas Novas – 16 de janeiro
- Aparecida de Goiânia – 31 de janeiro
- Valparaíso – 15 de fevereiro
- Luziânia – 15 de fevereiro
- Formosa – 16 de fevereiro
- Anápolis – 21 de fevereiro
- Rio Verde – 23 de fevereiro
- Jataí – 23 de fevereiro
- Colinas (TO) – 28 de fevereiro
- Tocantinópolis (TO) – 1º de março
- Cidade de Goiás – 1º de março
- Goianésia – 1º de março
- Ceres – 1º de março
- Rubiataba – 1º de março
- Porangatu – 5 de março
- Inhumas – 6 de março
- Itaberaí – 6 de março
- Formoso do Araguaia – 6 de março
- Dianópolis – 7 de março
- Porto Nacional – 13 de março
- Paraíso do Tocantins – 14 de março



Confira as ações desenvolvidas pelo CRP-09 nos últimos meses



Dia do Idoso - O Dia da Pessoa Idosa, comemorado em 1º de outubro, foi marcado pela realização do Seminário Plural Idades, durante os dias 19 e 20 de outubro, na PUC Goiás. A programação contou com palestras, discussões sobre Políticas Públicas, reflexões, oficinas e apresentações culturais. A iniciativa foi do Movimento Plural Idades, do qual fazem parte o CRP-09, entre outras entidades.



Interiorização - No dia 27 de outubro, o CRP-09 ministrou a palestra "A Atuação do (a) Psicólogo (a) nas Políticas Públicas: Saúde, Educação e Assistência Social", no Sesc/Senac, em Gurupi (TO). O evento também aconteceu na Faculdade Dom Orione, em Araguaína, no dia 29. Já no dia 1º de dezembro foi a vez de Palmas receber a palestra, no auditório do

Sesc, seguido de Jataí, no 8 de dezembro, no auditório da UFG. A tarde, ainda em Jataí, aconteceu a mesa redonda "Políticas públicas e concretização de direitos: desafios e perspectivas". O Conselho também participou da I Jornada Científica de Psicologia da Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins (Fiesc), nos dias 8, 9 e 10 de novembro, em Colinas do Tocantins (TO). Houve a apresentação de trabalhos de alunos, a exposição da experiência da psicóloga Quênia de Aleluia em uma Organização Não-Governamental na favela do Vidigal, entre outras atividades.



Trânsito - Reunião Intersetorial sobre Políticas Públicas do Trânsito Tocantinense realizada no dia 24 de outubro, na Seção de Base, em Palmas. Estiveram presentes na reunião representantes do Detran, da Agência de Trânsito e Transporte de Palmas, da Secretaria de Saúde, do Ciretran de Palmas, representante do CRM e peritos de trânsito de várias clínicas. Em reunião da Comissão de Trânsito, em Goiânia, no dia 13 de novembro, os psicólogos Edson Thomé, Kelly Rezende e Nadyene Borges apresentaram

um projeto de inserção do psicólogo nos cursos teóricos de formação de condutores para ministrarem a disciplina "Fator Humano". O objetivo é melhorar a capacitação do futuro condutor por meio de técnicas específicas da Psicologia. No dia 4/12, a Comissão de Psicologia do Trânsito participou de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Tocantins. Durante a audiência pública, a coordenadora da Comissão em Palmas, Rosivânia Tosta, ressaltou os impactos psicossociais dos acidentes e a necessidade de mais investimentos em engenharia, educação e fiscalização. Já no dia 21/01, psicólogas estiveram na reunião da Comissão do Trânsito, em Goiânia, e apresentaram um projeto na área de trânsito. A intenção é desenvolver uma ação que reduza os altos índices de acidente de trânsito com motociclistas.



HGPP - O CRP-09 realizou uma visita à equipe de Psicologia do Hospital Geral de Palmas, no dia 26 de outubro. Os representantes do Conselho foram recebidos pela coordenadora do Serviço de Psicologia Hospitalar do HGPP, Carla Bono Olencki.



Ato Médico – Partiu de Goiânia uma caravana contra o Ato Médico (PLC nº 7703/2006 / PLS 268/2002), no dia 27 de novembro e no dia 12 de dezembro, no Senado Federal, em Brasília (DF).



Psi Happy Hour – Em novembro, o tema da mesa redonda foi "Problematizando as questões de sexualidade e gênero na Psicologia", e aconteceu no dia 30 de novembro, na sede do Conselho em Goiânia.



Selo – No dia 29 de novembro, VII Plenário do Conselho

realizou o lançamento de um selo personalizado em homenagem aos psicólogos, com o objetivo de fortalecer a marca do CRP-09. Os selos são compatíveis para correspondências de caráter social e empresarial e serão usados nos documentos do Conselho.

Na ocasião, foi aberta a exposição "50 anos da Psicologia no Brasil" que retratou os acontecimentos que provocaram a mudança da Psicologia ao longo do tempo. O evento duplo também comemorou os 20 anos do Conselho em Goiás e no Tocantins.

Giro – Em dezembro, a vice-presidente do CRP-09, Sandra Valéria Nogueira, e o presidente da Comissão de Orientação e Ética do CRP-09, Eriko Netto de Lima, participaram de diversas atividades em Palmas. Entre elas, uma visita à Assembleia Legislativa do Tocantins, afim de divulgar o trabalho desenvolvido pelo CRP-09 publicado na revista R9. Eles também visitaram os psicólogos (as) que atuam na Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e, em seguida, estiveram na Ulbra onde levaram alguns exemplares da revista.

Palestra – O presidente da COE, Eriko Netto de Lima, e os membros da Comissão, psicólogos Fernando de Jesus, Simone Minase e Simone Meirelles, falaram sobre ética na Psicologia com os estudantes durante a 1ª Jornada de Desenvolvimento Humano, realizada pela Faculdade Alfa no dia 4/12.

Indígena – A psicóloga Nicea Maria Ferreira Ribeiro representou o CRP-09 no evento "Psicologia Cultural e as Questões Indígenas", entre 21 e 23/11, em São Paulo. Ela compartilhou com os participantes a sua experiência em aldeias indígenas.



Orientações – O CRP-09 lançou no dia 25/01 o "Caderno de Orientação ao Trabalho do Profissional Psicólogo". A intenção do Conselho é oferecer conhecimento e informação, que são ferramentas profissionais importantes para o psicólogo.



Detran – no dia 30/01, o CRP-09 esteve com o presidente do Detran-GO para tratar sobre o reajuste da avaliação psicológica. No mesmo dia, o Conselho se reuniu também com o presidente do Ipasgo sobre questões pertinentes ao trabalho dos profissionais da Psicologia.

Infância – No dia 8/02, o CRP-09 participou da 8ª Campanha Nacional de Carnaval pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, realizada pela Semas, na Praça do Bandeirante, em Goiânia.



Jurídica – A Comissão de Psicologia Jurídica se reuniu no dia 8 de dezembro, na sede do CRP-09, e tratou da atuação do psicólogo jurídico (laudos, pareceres), a descriminalização das drogas e a resolução CFP nº 10/2010 (Depoimento sem dano) e da criação de Grupos de Trabalho.

Empregabilidade – Reunião da Comissão no dia 29 de janeiro para tratar de assuntos pertinentes à reestruturação do Sindicato e também para tratar de assuntos sobre a atuação de psicólogos em cidades do interior de Goiás.

Seminário de Direitos Humanos debate Psicologia e demandas sociais



Aliado à Psicologia, os Direitos Humanos foram debatidos no Seminário "Práticas Profissionais em Psicologia como Garantia dos Direitos Humanos", realizado pelo CRP-09, nos dias 11 e 12/12. As temáticas refletem os anseios da sociedade contemporânea. A violência urbana, o álcool e outras drogas, a violação dos direitos humanos e a saúde mental foram discutidas sob olhares da Psicologia e de outros profissionais com atuações diversas. Houve ampla participação da sociedade no evento.

Para o presidente do CRP-09, Wadson Arantes Gama, os Direitos Humanos estão presentes na atuação do profissional da Psicologia. Em sua fala na abertura do evento, ele enfatizou os objetivos do seminário. "Nossa proposta é discutir as diversas frentes nas quais a Psicologia tem contribuído a favor de uma política solidária com o sofrimento humano. É contribuir para a construção de uma Psicologia

fundamentada em princípios éticos, qualificada tecnicamente e comprometida com as necessidades da sociedade", enfatizou.

O presidente da Comissão de Orientação e Ética e da Comissão de Direitos Humanos do CRP-09, Eriko Netto de Lima, afirma que o CRP-09 buscou sensibilizar a sociedade goiana e os psicólogos para a necessidade de seguirem os princípios fundamentais da Constituição Brasileira e da Psicologia, respectivamente. "É mostrar uma visão dos Direitos Humanos não focada só em questão de homicídios, e sim os Direitos Humanos para o pedestre, o motorista, o dependente químico etc. As crianças em relação ao direito de ter creche, os adolescentes infratores ao direito de estudar, os direitos relacionados às etnias, ao gênero, à sexualidade", enumera.



(Walter Folador)

Interação **Reajuste da Avaliação Psicológica do Trânsito em pauta**

Em enquete nas redes sociais, psicólogos (as) escolhem o aumento da taxa como tema para uma reportagem na Revista R9

Desde 2011, os (as) psicólogos (as) do Trânsito de Goiás negociam com o Detran o reajuste do valor da avaliação psicológica dos candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O Conselho Regional de Psicologia 9ª Região, por meio da sua Comissão de Trânsito e Mobilidade, já esteve inúmeras vezes no Detran de Goiás afim de tratar o assunto.

As trocas de gestão no órgão atrapalharam esse processo. Porém, os psicólogos vivem agora a expectativa de um desfecho em breve. No dia 30 de janeiro, representantes do Conselho de Psicologia se reuniram com o presidente do Detran, José Taveira Rocha. O presidente da Comissão de Trânsito do CRP-09, Elias Rodrigues Souza, falou sobre as dificuldades enfrentadas e lembrou que o órgão historicamente negocia os valores da avaliação com os psicólogos, com intuito de preservar a qualidade do trabalho. "As clínicas estão sucumbindo com tantas despesas", reforça Elias.

Segundo o presidente do Detran-Goiás, o órgão irá lançar

o seu Marco Regulatório e esse documento conterá as diretrizes dos reajustes da avaliação psicológica. Para Wadson Gama, a reunião foi produtiva. "Sentimos que a receptividade foi boa e estamos na expectativa de que esse problema se resolva o quanto antes", destaca.

Na oportunidade, o CRP-09 entregou um ofício ao presidente do Detran-Goiás onde consta o Artigo 21 da Resolução nº 245 do Contran, que dispõe sobre os honorários da avaliação psicológica. Foram anexados os documentos de toda a tramitação da negociação

nos últimos nove meses.

Escolha - Os profissionais da Psicologia aproveitaram a interação nas redes sociais do CRP-09 para escolher um assunto para ser abordado na Revista R9. Foram várias sugestões, porém o mais citado foi o reajuste da Avaliação Psicológica do Trânsito. "É interessante para observarmos quais são os interesses da nossa categoria e atender essa demanda de leitura", avalia a presidente da Comissão de Comunicação, conselheira Luciene Falcão.



Hoje o estudo da personalidade é considerado uma das áreas mais consolidadas na Psicologia. Quando se trata de avaliar a personalidade, os psicólogos têm abordado o construto a partir de quatro maneiras diferentes: 1) por intermédio de uma entrevista diagnóstica; 2) registros históricos e relatórios de pessoas que conhecem bem e convivem com o indivíduo; 3) observações do comportamento do indivíduo; 4) por meio da administração no indivíduo de uma bateria de instrumentos padronizados.

Considerando a administração de uma bateria de instrumentos padronizados, especialmente em avaliações psicológicas jurídicas, as características de personalidade têm implicações para a resolução de uma série de questões legais. Por exemplo, uma das questões mais solicitadas em avaliações jurídicas, em direito criminal, consiste em saber se a pessoa acusada tem competência ou capacidade de discernimento adequadas. A competência, neste contexto, consiste em verificar se a pessoa é capaz de compreender e enfrentar o processo judicial e participar efetivamente em sua própria defesa. No que diz respeito ao funcionamento da personalidade, estes aspectos da competência são medidos pelos índices de distúrbio do pensamento e pelo prejuízo no teste de realidade. Outra questão frequente é a sanidade mental, ou seja, se uma pessoa acusada estava legalmente saudável, do ponto de vista psicológico, no momento do crime. Uma avaliação de personalidade sustenta questões de competência que dizem respeito ao funcionamento psíquico de um réu (aspectos cognitivos, capacidade de autocontrole e manejo do estresse) no momento atual da avaliação. Nesse sentido, quanto mais próxima for a

avaliação do momento do crime mais precisa poderá ser a inferência sobre essa questão da sanidade mental. É também por meio da avaliação de personalidade que se avalia o grau de risco da reincidência criminal, discriminando o não criminoso, do criminoso comum e do psicopata. Pesquisas vêm indicando que a probabilidade de reincidência criminal não está relacionada ao tipo de crime cometido, mas sim à personalidade de quem comete.

Além do que foi dito, ainda tem a investigação de danos pessoais. Este é um outro aspecto em que a avaliação da personalidade pode ser relevante para avaliar em que medida uma pessoa se tornou emocionalmente perturbada ou incapacitada em consequência de um comportamento irresponsável por parte de outra pessoa ou de alguma instituição. Nestes casos, a avaliação pode ajudar o tribunal a estabelecer se, e em que medida, um denunciante tornou-se emocionalmente perturbado ou incapacitado após o comportamento supostamente irresponsável do acusado. Os indícios de estresse pós-traumático, de ideações e afetos depressivos, de perda psicótica do contato com a realidade são particularmente relevantes na identificação desses danos psíquicos.

As questões da determinação legal da guarda dos filhos e direito de visitação baseiam-se também nas características da personalidade de pais separados ou divorciados e seus filhos. Distúrbios psicológicos ou problemas emocionais não necessariamente impedem uma pessoa de ser um bom pai ou mãe. Mas, pessoas seriamente perturbadas ou psicologicamente incapacitadas são suscetíveis de interferirem na capacidade de serem bons genitores, pois o julgamento, o controle dos comportamentos, pensamentos e

sentimentos podem ser tão ineficientes a ponto de interferir na capacidade parental.

Outras questões também muito investigadas nessa área são: maior predisposição para comportamentos violentos ou para o engajamento e o progresso num tratamento psicoterapêutico, bem como se a pessoa apresenta risco para sua própria vida ou para a vida de outras pessoas. Estes argumentos, embora longe de esgotar todas as possibilidades do uso da avaliação de personalidade nesta área da psicologia, já são suficientes para entender a importância da Avaliação de Personalidade em Avaliações Psicológicas Jurídicas.



Ana Cristina Resende, Doutora em Psicologia pela PUC-RS, com Estágio de Doutorado pela California School of Professional Psychology - San Diego, CA. Professora Efetiva da Graduação e Pós-graduação Stricto Sensu da PUC Goiás, Coordenadora Geral do CEPSI (Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas) da PUC Goiás, e Diretora do IGAP (Instituto Goiano de Avaliação Psicológica). Atua principalmente nos seguintes temas: Avaliação Psicológica, Personalidade, Psicopatologia, Método de Rorschach, Fundamentos e Medidas da Psicologia.

Psicólogos (as)!

Entendam a criação do CRP-TO e participe desse processo



Apaf votando a proposta de desmembramento do Tocantins. Compromisso cumprido pelo VII Plenário Pluralidades

A criação do Conselho Regional do Tocantins é um dos compromissos de campanha firmados pela atual gestão "VII Plenário Pluralidades: Psicologia Ética, Transparente e Socialmente Responsável". E o cumprimento deste compromisso foi no dia 16 de dezembro de 2012, quando a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças, que reúne os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, deliberou pelo desmembramento do CRP do Tocantins, que ganhou a nomenclatura CRP-23.

A partir de uma resolução publicada pelo CFP no dia 10 de janeiro, foram definidas as providências necessárias para viabilizar a instalação do CRP-23 Tocantins. Para isso, foi feito um planejamento em conjunto pelos psicólogos residentes no Tocantins, pelo CFP e pelo CRP-09. A participação da categoria foi muito importante nesse momento. Após esse processo, quando acontecer a instalação do CRP-23, os psicólogos serão transferidos para o novo CRP.

Até o momento, o Tocantins integrava o regional 09, juntamente com Goiás. O Estado tem hoje 740 psicólogos inscritos e ativos. Para que o processo de criação do CRP-TO se efetive, o CRP-09 dará suporte financeiro ao conselho recém-criado pelo período de dois anos. A partir do exercício 2014, os boletos de anuidade já serão emitidos pelo novo CRP-23.

Corep – serão realizados dois

Congressos Regionais de Psicologia, um em Palmas e outro em Goiânia. De acordo com o presidente do CRP-09, Wadson Arantes Gama, essa foi uma sugestão da atual gestão. "Entendemos que os psicólogos do Tocantins agora estão organizados em torno dos desafios da criação do CRP-23. Portanto, seria importante dar voz e acolher as propostas levantadas pelos profissionais desse Estado, que serão levadas para o CNP", avalia.

Compromisso - O desmembramento e a criação do novo regional foram compromissos assumidos pela atual gestão VII Plenário Pluralidades do CRP-09, frente aos anseios da categoria tocantinense. "O caminho foi longo, mas conseguimos seguir em frente, e não nos furtamos ao compromisso assumido", ressalta a vice-presidente do CRP-09, Sandra Valéria Nogueira.

Para o Conselheiro Ériko Netto de Lima, "a existência de uma Seção de Base estruturada, com um Colegiado Gestor atuante e uma organização significativa da categoria no Estado, aliados ao investimento significativo do VII Plenário nas ações de interiorização da Psicologia no Tocantins foram fundamentais para a vitória conquistada."

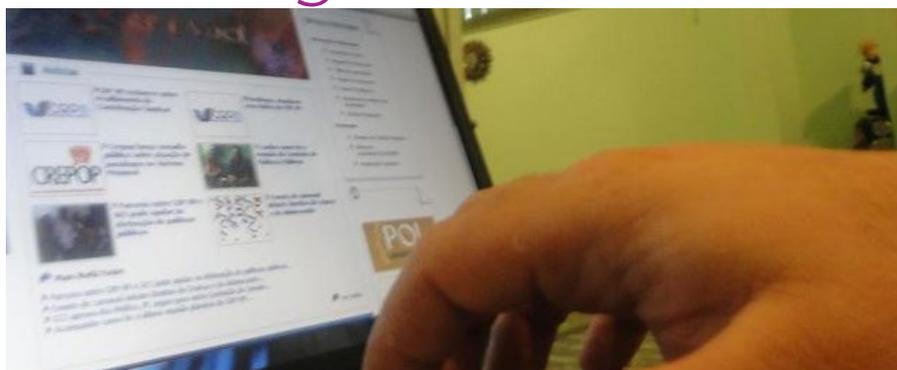
Reivindicação – a atual gestão, desde a primeira APAF que participou, pleiteou inclusão de pauta do tema desmembramento do Tocantins. Na APAF anterior à última, realizada nos dias 26 e 27 de maio, foi proposta a criação de um

grupo de trabalho nacional para tratar deste tema.

Assim, o CRP-09 passou a integrar o GT e a representante de Goiás e do Tocantins nessa discussão era a conselheira-tesoureira, Gêrley Lopes Cardoso. "Nós conseguimos que o assunto fosse mantido na pauta dessa APAF, reiteramos que a criação de um Conselho por Estado tem sido diretriz aprovada em todos os Congressos nacionais da categoria e que a criação do CRP-23 facilitaria a interiorização das ações do sistema conselhos. O Plenário da APAF se sensibilizou e votou favorável a proposta", diz.



Serviços psicológicos pela internet têm novas regras



A internet tem sido uma auxiliar da Psicologia e de quem precisa dela. Nos dias de hoje, o deslocamento é um problema, principalmente nas grandes cidades. Os serviços psicológicos pela internet vêm ganhando espaço e adeptos. Para que essa orientação via web aconteça com qualidade, o Conselho Federal de Psicologia atualizou a Resolução nº 12/2005 para a Resolução nº 11/12, que entrou em vigor no último mês de dezembro. A intenção é resolver as demandas dos profissionais que utilizam deste tipo de serviço.

Para explicar as mudanças adotadas pela nova resolução, o CFP reuniu as Comissões de Credenciamento de Sites dos Regionais. Em Goiás, integram essa comissão o presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização, Raimundo Medrado, e a analista de Fiscalização, Jacqueline Amaral.

No Brasil, são permitidas orientações

pontuais e não acompanhamento terapêutico, mas em países em que o serviço já regulamentado e praticado existe, por exemplo, a necessidade de se trabalhar com equipamentos adequados e com boa conexão para evitar falhas na comunicação entre o profissional e o paciente. O presidente da COF/CRP-09, Raimundo Medrado, explica que esse contato virtual é para fins de orientação. "Ele não substitui o acompanhamento presencial, é apenas uma ferramenta auxiliar do profissional da Psicologia", avalia.

Com a nova resolução, o psicólogo fará a solicitação do cadastro (antigo credenciamento) e a análise será feita pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional. A Comissão Nacional de Credenciamento de Sites do CFP será a última instância para recursos. Os cadastros (antigo selo) agora valem três anos. Os psicólogos que já tiveram seu site aprovado

antes da nova resolução entrar em vigor terão o prazo original respeitado e só precisam renová-lo quando o prazo vencer ou caso queiram se adequar à nova resolução.

Mesmo com a validade maior, o profissional pode perder o cadastro a qualquer momento, caso seja encontrada alguma irregularidade no site por parte do Conselho Regional de Psicologia, responsável por essa fiscalização.

Aumentou também o número de orientações psicológicas on-line de 10 para até 20. Elas são entendidas por orientações pontuais, informativas, focadas no tema proposto e que não ferem o disposto no Código de Ética do Psicólogo e na Resolução CFP 11/2012.

(Fonte: CRP-09 com CFP)

Principais mudanças:

Prazo para resposta passou de 90 dias para 60 dias (CFP só interfere em caso de recurso);

A validade dos cadastros agora é de três anos;

O número de orientações mudou de 10 para até 20.

Para saber todos os detalhes do que é preciso para fazer o atendimento via web, acesse a Resolução nº 11/12 no site www.cfp.org.br